COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.616, DE 2012

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, 3 (três) anos.

Autor: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR

Relator: Deputado MARCOS ROGÉRIO

I – RELATÓRIO

Encontra-se em análise nessa Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Lei nº 3.616, de 2012, de autoria do Deputado Félix Mendonça Júnior, que acrescenta o art. 60-A à Lei do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins para determinar a baixa, de ofício, do registro da microempresa ou empresa de pequeno porte, constituída como sociedade empresária ou simples, que esteja inativa por, no mínimo, três anos. O PL 3616/12 estabelece ainda que a Receita Federal cancelará a inscrição da empresa junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, observadas as mesmas condições.

A iniciativa se justifica, segundo o autor, pela necessidade de se desburocratizar e desonerar o processo de baixa de empresas, vez que mais de 80% das empresas abertas no Brasil fecham as portas sem que seja dada baixa de seus arquivos junto aos órgãos públicos.

A proposição foi distribuída para análise conclusiva da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, e tramitou em regime ordinário.

A CDEIC aprovou a matéria em 12 de novembro de 2014, nos termos do parecer do Relator, Deputado Antonio Balhmann.

Transcorreu em branco o prazo para oferecimento de emendas ao PL 3616/12 na CCJC.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL 3616/12, nos termos regimentais.

O projeto de lei dispõe sobre direito civil e comercial, tópicos de competência legislativa privativa da União (art. 22, *caput* e inciso I da CR). A iniciativa é legítima (art. 48, *caput*, incisos V e XIII, da CR) e adequada (art. 61, *caput*, da CR). Estão, portanto, obedecidos os requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Igualmente, não se vislumbram, no texto do projeto de lei, evidentes vícios pertinentes aos aspectos de constitucionalidade material e juridicidade. A técnica legislativa está, por sua vez, em conformidade com as normas de regência.

Quanto ao mérito, é válida a iniciativa de facilitar o processo de baixa e cancelamento do CNPJ de microempresas ou empresas de pequeno porte que estejam inativas por três anos ou mais. Como bem registrou o autor, “mais de 80% das empresas abertas no Brasil fecham as portas sem que seja dada baixa de seus arquivos junto aos órgãos públicos. No entanto, as dívidas deixadas aumentam ano a ano e o Fisco ainda mantém várias restrições à possibilidade de o empresário voltar ao mercado”.

Recentes alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, são reflexo da preocupação do legislador no que toca à facilitação para abertura e encerramento de empresas.

Desde 26 de fevereiro de 2015, segundo informações da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, todo o processo de encerramento de empresa pode ser feito pelo

Portal Empresa Simples <<https://www.empresasimples.gov.br/>> ou na Junta Comercial dos estados.

Há vantagens no processo de reformulação realizado pela Lei Complementar nº 147/14. Em primeiro lugar, porque se trata de uma revisão global do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Em segundo lugar, porque todo o processo de abertura e baixa – ou melhor, de formalização – das empresas foi facilitado, em termos de burocracia e custos.

O PL nº 3616, de 2016, por sua vez, segue a linha da desburocratização relativo ao fechamento de microempresas e empresas de pequeno porte no País, permitindo inclusive que tenham a respectiva inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) cancelada, de ofício, pela Receita Federal do Brasil.

Esse cancelamento automático revela-se importante porque as empresas que encerrarem suas atividades e não derem baixa no CNPJ continuam obrigadas a apresentar declarações e demonstrativos exigidos pela Receita Federal, sujeitando-se às penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações acessórias.

Ademais, o projeto sob análise complementa o que já dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 123, de 2006, segundo o qual as extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem,

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.616, de 2012.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2015.

Deputado MARCOS ROGÉRIO
Relator